

HABEAS CORPUS Nº 562.747 - MG (2020/0042335-4)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : GIAN MILLER BRANDAO E OUTRO
ADVOGADOS : GIAN MILLER BRANDÃO - MG093019
THIAGO HENRIQUE BRANDAO E TORRES - MG144147
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LUCAS VINICIUS DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

O paciente foi preso em flagrante em 17/3/2018, sendo processado e condenado às penas dos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, da Lei 11.343/2006, por sentença proferida em 22/11/2018, denegado-lhe o direito de recorrer em liberdade.

Os impetrantes argumentam, em suma, excesso de prazo para o julgamento da apelação, requerendo, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

Na origem, Apelação 0004971-87.2018.8.13.0542, da 7ª Câmara Criminal do TJMG, os autos encontram-se conclusos à relatoria desde 16/3/2020, após carga à Procuradoria-Geral de Justiça para parecer, conforme informações processuais eletrônicas extraídas do *site* do Tribunal *a quo* em 20/3/2020.

É o relatório.

DECIDO.

Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal.

Sabe-se que o prazo para a conclusão de julgamento de apelação não têm as características de fatalidade e de improrrogabilidade, sendo imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais.

As informações prestadas dão conta que (fl. 49):

Em atenção ao malote digital, pelo qual se solicitam informações para instruir o Habeas Corpus nº 562747/MG, impetrado em favor de LUCAS VINÍCIUS DA SILVA, informo a Vossa Excelência que os autos da Apelação Criminal nº 1.0542.18.000497-1/001 foram baixados em diligência em 05/12/2019 para que o Ministério Público fosse intimado a apresentar contrarrazões.

Informo ainda que em 14/02/2020, foi expedido ofício cobrando a devolução

Superior Tribunal de Justiça

dos autos.

Do autos e do andamento processual na origem (cópia encartada aos autos às fls. 65-66), extrai-se que o processo foi recebido no TJMG em 10/5/2019, e distribuído em 17/5. Um dos apelantes fez carga em 17/6, e apresentou alegações finais em 15/7. Em 17/7, os autos foram entregues em carga à Procuradoria-Geral de Justiça para elaboração de parecer, sendo restituídos em 5/8. Em 5/12, os autos foram remetidos à comarca para diligência, para que o Ministério Público apresentasse contrarrazões, recebidos no TJMG em 3/3/2020. Após nova remessa à Procuradoria-geral de Justiça em 6/3 para parecer, o processo foi concluso à relatoria em 16/3.

Como se vê, trata-se de um feito com pluralidade de apelantes e que, ainda assim, não ficou paralisado. Em que pese a necessidade de diligência à Comarca de origem, ressalte-se que o juízo oficiou cobrando a devolução dos autos, sendo atendido em prazo razoável, o que demonstra sua atenção em concluir o julgamento do feito - o que, ao que tudo indica, deve ser feito em breve, pois já houve parecer ministerial e conclusão dos autos ao Relator.

Não constatada mora estatal em ação penal onde a sucessão de atos processuais infirma a ideia de paralisação indevida da ação penal, ou de culpa do Estado persecutor, não se vê demonstrada ilegalidade no prazo da persecução criminal desenvolvida.

Desta maneira, não se vislumbra ilegalidade a ser sanada por esta Corte superior.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator